
TERRITORIALIDADE CAMPONESA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DA AMAZÔNIA PARAENSE¹

PEASANT TERRITORIALITY AND LABOR RELATIONS IN THE AGRARIAN SPACE OF THE PARAENSE AMAZON

Rafael Benevides de Sousa²
Cátia Oliveira Macedo³

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em comunidades rurais no nordeste paraense e tem como objetivo compreender a tessitura da territorialidade camponesa a partir das relações de trabalho praticadas dentro e fora das unidades familiares. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2016 e 2018, quando percorremos oito comunidades rurais dos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará. A metodologia aplicada apresenta em sua centralidade entrevistas realizadas com os camponeses. Assim, por meio da oralidade, vislumbramos as relações de trabalho que são praticadas por esses trabalhadores. Como resultado da pesquisa, observamos que as relações de trabalho para essas famílias camponesas não se limitam apenas às unidades de produção familiar, realizando formas laborais externas ao grupo doméstico que lhes garante a reprodução social almejada. Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir para as discussões acerca da territorialidade camponesa e das relações de trabalho praticadas no espaço agrário da Amazônia Paraense.

Palavras-chave: Territorialidade. Campesinato. Trabalho assalariado. Amazônia Paraense.

ABSTRACT: This article is the result of a research carried out in rural communities in the Northeast of Pará and aims to understand the interweaving of peasant territoriality from the labor relations practiced inside and outside the family units. The research was developed between 2016 and 2018, when we visited eight rural communities in the municipalities of Acará, Bujaru and Concórdia do Pará. The applied methodology consists of interviews with

1 Este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Agricultura camponesa e agrocombustível no nordeste paraense”, desenvolvido pelos autores no Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia, vinculado a Universidade do Estado do Pará.

2 Professor adjunto do Curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus Xinguara. E-mail: benevidessousa@gmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG-UEPA) e do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal do Pará (PROFEPT-IFPA). E-mail: ccatiammacedo@gmail.com.

the peasants. Thus, through orality, it is possible to glimpse the labor relations that are practiced by these workers. As a result of the research, we could observe that for these peasant families the labor relations are not only limited to the family production units, but they also include labor forms external to the domestic group that guarantee the desired social reproduction. In this way, we pretend to contribute with this work to the discussions about peasant territoriality and the labor relations practiced in the agrarian space of the Paraense Amazon.

Keywords: Territoriality. Peasantry. Wage labor. Paraense Amazon.

INTRODUÇÃO

Pensar a territorialidade camponesa no século XXI nos exige um olhar atento às transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro. Estas, por sua vez, têm gerado ressignificações nas relações de trabalho no interior da unidade doméstica camponesa, expressando estratégias de resistência que competem para a reprodução social camponesa na sociedade capitalista contemporânea.

A expansão das relações capitalistas de produção no campo, por meio do binômio latifúndio-agronegócio, amplia as contradições. *Pari passu*, os camponeses vêm engendrando estratégias para se manter enquanto classe e modo de vida, vide seus atrelamentos às relações produtivas e de trabalho capitalista, o que os fazem subordinar-se e sujeitar-se diante dos mecanismos de ampliação de capital. Dessa forma, é a partir dessas contradições que alguns autores entendem a permanência do campesinato na sociedade capitalista (OLIVEIRA, 1991; MARTINS, 1980; 1995).

Em pesquisa realizada nas comunidades rurais localizadas no cruzamento dos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, observamos um campesinato que tem constituído estratégias para viver e trabalhar no campo; para tanto, veem diversificando suas relações de trabalho para além da agricultura de roça.

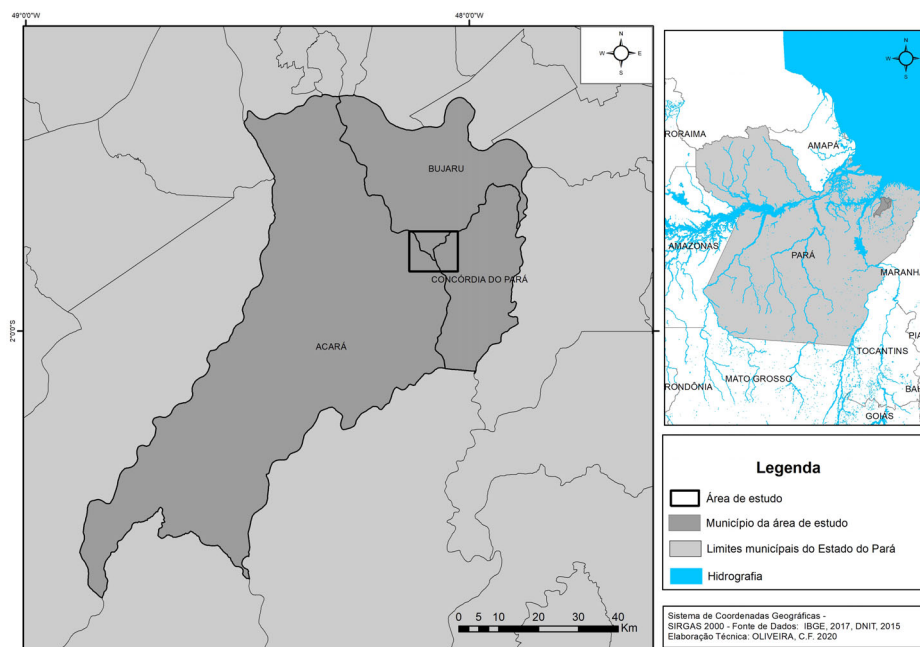


Figura 1. Mapa de localização dos Municípios e área de pesquisa.

Atualmente o trabalho de assalariado, funcionalismo público e o trabalho acessório têm permitido que as famílias camponesas dessa parte do nordeste paraense fortaleçam as unidades domésticas, investindo na diversificação agrícola e na instrumentalização dos meios de produção. O trabalho camponês fora da propriedade familiar não é um fenômeno novo no espaço agrário brasileiro. Verificamos que desde a década de 1970³ estudiosos já se debruçaram sobre o tema:

Deve-se considerar que, tendo em vista, a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 1996, p. 13).

A partir dessa perspectiva de Wanderley (1996), entende-se que as relações de trabalho praticadas por camponeses fora da propriedade podem configurar-se como estratégia para a conquista da reprodução social da família e enquanto forma de manter a posse da terra. Esse processo configura-se em nossa compreensão como movimento de resistência do campesinato brasileiro, permitindo a sobrevivência do núcleo familiar no campo.

Desse modo, partimos da compreensão de que o trabalho assalariado pode ser um recomeço para a família camponesa equilibrar-se e continuar na terra, constituindo um território de vida e de trabalho.

Ao pensarmos a relação entre trabalho assalariado e famílias camponesas, devemos atentar para a existência de um fenômeno complexo e atual no campo brasileiro, que engloba desde situações de contratação temporária de mão de obra de terceiros (trabalhadores assalariados), em momentos em que a mão de obra familiar não é suficiente para o trabalho, como situações em que são os próprios membros da família camponesa que se assalariam fora de casa. Estratégias de vida que não se opõem, mas se completam dentro de uma lógica camponesa, e que permitem aos camponeses o trânsito entre as posições de contratantes e contratados, sem maiores rupturas ou estranhamento, diversamente do que se passaria na lógica capitalista, assentada sobre duas classes antagônicas, os capitalistas e os trabalhadores. (NOGUEIRA, 2013, p. 243).

As considerações de Nogueira (2013) nos ajudam a entender as relações de trabalho encontradas nas comunidades pesquisadas, nas quais é possível observar núcleos familiares que ora contratam trabalhadores, ora possuem integrantes contratados. Esse trânsito contraditório é reflexo das possibilidades de trabalho e renda no espaço agrário, o qual é desencadeado no campo em estudo, principalmente pelas interferências e particularidades geradas pelo agronegócio da palma de óleo.

A expansão do agronegócio do dendê no nordeste do Pará, de forma particular nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, gerou uma corrida pelo trabalho assalariado nos canteiros da palma, que recrutou trabalhadores tanto da cidade quanto do campo. Tal fato tem tornado mais complexas as relações dentro das unidades de produção camponesa que não têm constituído renda somente a partir da agricultura de roças.

Nossa análise centrou-se em duas frentes, uma relacionada à atuação da empresa Biopalma⁴, uma das maiores produtoras de dendê no Estado do Pará, e as comunidades. Ademais, por meio de

oito comunidades rurais, observamos as interferências que esta empresa realiza sobre as famílias que moram ao seu entorno, principalmente no que tange às relações de trabalho. A outra frente destaca o trabalho realizado por camponeses enquanto funcionários públicos e outras fontes de renda.

As reflexões e os apontamentos que apresentamos nesse artigo partem de uma pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018, em comunidades camponesas, nos municípios citados anteriormente. A pesquisa desenvolveu-se por meio de técnicas quantitativas e qualitativas de análise espacial. Contudo, optamos pela abordagem qualitativa, realizando nossas considerações a partir da oralidade dos camponeses entrevistados em campo⁵.

Como o leitor observará, privilegiamos as falas dos camponeses, por entendermos que as situações aqui tratadas podem ser melhor entendidas a partir da história oral desses sujeitos sociais, que experimentam na prática as relações de vida e trabalho no campo.

Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir para as discussões acerca da territorialidade camponesa e das relações de trabalho praticadas no espaço agrário, destacando as estratégias de vida que competem à reprodução social camponesa e à sua permanência no campo.

TRABALHO CAMPONÊS: ENTRE CONTRATADOS E CONTRATANTES

A expansão do agronegócio do dendê pelo nordeste paraense, no início do século XXI, surge dentro de uma perspectiva do desenvolvimento territorial rural do espaço agrário amazônico, para a qual o trabalho assalariado representa um viés de modernização e solução de questões relacionadas à renda e à pobreza no campo. Deste modo, com a conformação dos latifúndios da palma africana, emerge uma corrida pelo trabalho assalariado nesse espaço agrário, mobilizando uma rede social de trabalhadores oriundos do rural e do urbano, dando origem à marcha cotidiana de pessoas por entre as estradas e vicinais que dão acesso aos canteiros da oleaginosa.

Percebemos que nessas comunidades rurais, além do trabalho assalariado nos campos de dendê, ocorre intensa dinâmica nas relações de trabalho, seja pela presença e ou perspectiva de tornar-se funcionário público, seja por acessar outras relações laborais que surgem nas beiras das estradas. Porém, ainda é latente o trabalho familiar nas propriedades camponesas, tendo nas atividades de roça os mecanismos de reprodução social que em algumas circunstâncias alinham-se a outras modalidades de trabalho no campo.

Nos relatos dos entrevistados é recorrente a assertiva de que o assalariamento foi um aspecto positivo da chegada do dendê. Contudo, pudemos observar que a saída de integrantes do núcleo doméstico para os canteiros da oleaginosa é considerado algo negativo para os chefes das famílias, que não aceitam o trabalho assalariado. De certa forma, vislumbra-se aqui a perspectiva de que o vínculo familiar é mais forte do que o vínculo comunitário, uma vez que o assalariamento é bom, desde que não atinja integrantes da família.

Afinal de contas ele já tá trabalhando, ele já é de maior, mas eu não concordo muito porque a gente tem onde trabalhar, tem a terra. Ele é um rapaz até bom de serviço, mas eu, pra quem tem onde trabalhar, eu nunca concordei trabalhar com carteira assinada, porque isso aí só vai até uns dias, depois ele sai. Aí, ele trabalhou duas vezes de carteira assinada, trabalhou em Santa Isabel e depois voltou. Aí depois foi pra outro. Vai chegar um tempo que a carteira assinada vai prejudicar ele mesmo se ele ainda conseguir por exemplo a aposentadoria, mas eu não sou muito de acordo não. (J. C., Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

O meu filho foi pra lá hoje, sem eu querer, mas se fechou pra lá. Hoje já foi estrear, começou hoje. Mas não é do meu agrado, não fico satisfeito com essa ida pra lá. Hoje tava dizendo pra ele, não tem precisão disso, bora trabalhar, terra tá fraca, mas dá pra gente botar nossa roça. De primeiro, antigamente, qualquer coisa as pessoas falavam, o fulano tá na roça, quer dizer o cara não tinha mais nada pra ele. Hoje quem tá na roça, ele tem um trocadinho, quem tem roça, tem dinheiro. Já pensou o cara fazer igual os meninos aqui 8 pacote por dia a 100 conto, 800 reais quase todo dia, tá bom demais. E eles indo pra lá, passam um mês todinho pra receber 1 salário. Quem tem roça tá bom demais, quem me dera se eu tivesse umas 10 tarefa de roça, tava nem esquentando. Eu só tô com roça verde, negócio de 4 tarefa, mas tá verde, nova. Só dá pra mexer mês de setembro, outubro em diante. Tô sem roça madura, nem pra comer farinha não tenho. Tô comprando farinha pra comer, vou comprando aí enquanto minha roça chega. Minha vontade é trabalhar com pimenta, mas nosso terreno aí não tem madeira e pra gente comprar não tem condição. A terra tá fraca também, se nós tivesse aqui uma ajuda do governante, se mandasse aradar a terra, de repente nós tivesse condições de ter uma produção melhor, mas o cara não ajuda, a gente não tem incentivo de nada sobre agricultura e vê que é da colônia que vai pra cidade. (R.S., comunidade da Mariquita, Acará, 04 de setembro de 2016).

Além disso, esses depoimentos expressam que não há um consenso dentro da família sobre a saída de integrantes para o trabalho assalariado sendo ora acolhido como positivo, visto que gera renda para a família, ora, concebido como negativo, principalmente pela perda de autonomia via exploração do trabalho pelo empregador.

Essa corrida pelo trabalho assalariado nos canteiros do dendê não tem se caracterizado, necessariamente, pela separação dos camponeses dos seus meios de produção, mas limita-se a integrante da família que são liberados para essa opção de trabalho. A motivação pelo assalariamento é variada, alguns jovens, por exemplo, sonham com a motocicleta; outros, com a construção da casa em alvenaria; outros ainda veem o trabalhado assalariado como uma forma da família atravessar momentos difíceis, tanto financeiros quanto de saúde.

O assalariamento nos canteiros da palma de óleo surge como estratégia ou criatividade da família em gerar renda complementar que assegure o bem-estar social dos integrantes da unidade doméstica, mediante às novas necessidades que surgem no decorrer da vida no campo. Nesse caso, o assalariamento torna-se uma ação da campesinização no espaço agrário, à medida que mantém a unidade familiar em funcionamento, ressignificando o território de vida a partir de outras rendas e não mais exclusivamente da roça. (SOUSA, 2019, p. 35-36).

Sousa (2019), ao pensar o trabalho assalariado camponês como ação da campesinização, nos permite conceber, a partir da nossa pesquisa, que o trabalho assalariado por integrantes da família camponesa constitui-se como uma estratégia para assegurar o funcionamento da unidade familiar de produção, conquistando bens e renda que podem ser reinvestidos na manutenção da propriedade.

A partir da teoria da tragédia social dos camponeses, estudiosos defendem como inevitável a proletarização do campesinato, em função do desenvolvimento da agricultura capitalista. Na mesma proporção, o trabalho assalariado rural também apresenta-se como um mecanismo de

modernização para o campo, no qual só é possível a concepção de uma agricultura eficiente com a superação do suposto atraso pelo qual a economia camponesa desenvolve a sua agricultura.

No âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da efetiva transformação do lavrador em trabalhador livre assalariado, isto é, em vendedor de força de trabalho. Em outros termos, no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (lavrador) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletariado aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que ele já não possui, nem de fato nem imaginariamente, os meios de produção. (IANNI, 1979, p. 151).

Apesar de Ianni (1979) traçar a tragédia social do campesinato, o autor nos oferece um recurso metodológico importante para pensarmos o processo de proletarização do camponês, que para ele só seria possível depois da total separação do agricultor de seus meios de produção.

Inferimos, a partir dessa perspectiva, que o camponês só se tornaria proletário ao ver-se despojado totalmente de seus meios de produção. Por outro lado, entendemos que, quando o camponês assalaria-se e ao mesmo tempo mantém a unidade doméstica, esse assalariamento é um trabalho que complementa a renda familiar, da mesma maneira que os programas sociais, como o Bolsa Família; o benefício social, como a aposentadoria; o trabalho acessório as diárias nas colheitas da pimenta-do-reino; o trabalho no serviço público; entre outras rendas. Essas formas de renda complementares reforçam a resistência do campesinato em manter um projeto de vida ligado ao campo e, por vezes, cultivando o sistema de roças itinerantes como esteio principal da sobrevivência da família.

De cada família, eu acredito que tem uma renda extra. É funcionário público, é aposentado ou é beneficiado por algum programa do governo. Aqui em casa meu marido é funcionário público do Estado, aqui em Concórdia. E a gente trabalha, a força de trabalho aqui em casa é a nossa mesma, a familiar. A gente não tem funcionário né. Aqui a maioria dos agricultores tem funcionário em casa e, quando a gente precisa também trabalha com diária. (J.P., Comunidade de Nova Esperança, Concórdia do Pará, 14 de agosto de 2017).

A partir desta entrevista, observamos uma complexa estrutura de combinações de relações de trabalho entre a roça e uma variedade de meios que tem originado renda complementar à família. A partir do depoimento de J.P, compreendemos que a unidade doméstica camponesa tem que ser visualizada a partir do horizonte de possibilidades que a família tende a reproduzir na sociedade capitalista contemporânea, não estando fechada apenas à produção agrícola, mas apresentando uma diversidade de elementos que possibilitam a manutenção dos meios de produção familiar, superando os estigmas de uma agricultura autossuficiente e/ou de subsistência.

McMichael (2016, p. 81) afirma que “grande parte da classe camponesa latino-americana é semiproletária, sujeita a um duplo aperto no acesso a [à] terra e a empregos.” O mesmo autor, complementando a citação, argumenta que as relações de assalariamento têm desencadeado o fortalecimento do campesinato, enquanto que “seu acesso a fontes de renda não agrícolas, comumente trabalho assalariado sazonal, permite que permaneçam

na terra, desse modo impedindo sua total proletarização” (KAY, 2006, p. 472 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 81; SCOONES, 2009, *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 81).

O depoimento de J.P. corresponde à reflexão que McMichael (2016) faz do campesinato latino americano, o qual tem no trabalho assalariado, portanto, uma realidade constante de reprodução social das populações agrárias em uma escala muito maior do que a encontrada nas proximidades dos campos de dendê. Compreendendo o trabalho assalariado como um elemento que pode fortalecer o campesinato em momentos de crise.

Desse modo, entendemos que o trabalho assalariado nas empresas produtoras da palma de óleo é uma estratégia de sobrevivência da família camponesa para garantir renda complementar destinada à manutenção do ciclo de vida da unidade doméstica, podendo, por meio do salário, adquirir bens antes improváveis apenas com a renda da roça/terra.

Dentro dessa perspectiva, Taussig (2010) faz uma discussão interessante sobre as possibilidades que são desencadeadas por camponeses para a realização do trabalho assalariado complementar nos canaviais colombianos.

A maioria dos trabalhadores temporários é composta de nativos de descendência camponesa na região. Eles dependem de suas roças, em diferentes graus, para subsistir. Muitos oscilam entre o cultivo camponês e o trabalho para empregadores, enquanto outros contam com familiares próximos para suprir parte de sua subsistência a partir de roças próprias. Por volta de três quartos da chamada fração permanente da força de trabalho assalariada provêm de imigrantes negros vindos de selvas relativamente isoladas da costa do Pacífico. A maior parte deles alterna entre a costa e os canaviais; e permanecem nos últimos entre um e três anos, depois voltam para suas unidades domésticas, retornando aos canaviais depois de mais ou menos um ano, em geral deixando esposas e filhos em casa. (TAUSSIG, 2010, p. 131).

Essa coexistência delineada por Taussig (2010) entre as roças familiares e o trabalho assalariado complementar é percebida também no Brasil, como é o caso apontado por Nogueira (2013), no qual, em pesquisa etnográfica, apresenta os camponeses do nordeste brasileiro que se assalariam na colheita do café na região sudeste, de forma particular no Estado do Espírito Santo. Caso parecido é o dos boias-frias que reproduzem as mesmas relações de trabalho. Isso demonstra o processo de assalariamento dentro da unidade familiar camponesa, em várias partes da América Latina.

Nas comunidades em estudo, a agricultura de roça ainda desempenha papel importante na renda familiar, para a qual a produção da farinha de mandioca, o cultivo da pimenta-do-reino e a fruticultura são os principais meios de sobrevivência. O trabalho assalariado surge nesse contexto como uma renda complementar ao trabalho na agricultura familiar. Isso ressignifica as ações de trabalho na família, pois gera reorganização no papel desempenhado pelos integrantes.

O trabalho assalariado complementar, enquanto atividade acessória camponesa, sugere uma estratégia em manter parte dos seus recursos indispensáveis para a permanência da família na terra. Tais recursos são vistos nas comunidades em estudo com relação à manutenção da casa de farinha⁶, na compra de fornos para assar a farinha, na compra de motocicletas e eletrodomésticos, no pagamento de diárias para o manejo da roça, na construção da casa de alvenaria, entre outros. O investimento do salário na roça, mostra a resistência camponesa ao trabalho proletariado integral, mantendo parte da sua renda proveniente do trabalho familiar camponês.

O tipo de articulação entre os dois modos de produção faz parte de um contexto determinante mais vastos: o do subdesenvolvimento neocolonial; especificamente, o pequeno porte do mercado doméstico e a subdesenvolvida divisão do trabalho. Tal característica estrutural das economias periféricas – cujo mercado está no centro do sistema capitalista mundial – mostra que a preocupação com o aumento do poder de compra do trabalhador é secundária na promoção da expansão ilimitada da produção. Portanto, reduzir o valor-trabalho e o poder de compra, ou mantê-lo abaixo do nível, oferece menos problemas caso o mesmo ocorresse em economias capitalistas desenvolvidas. A semiproletarização do campesinato, em oposição a sua completa proletarização, está de acordo com tal estrutura. No mais, essa mesma característica estrutural exclui as condições necessárias de sustentação de um proletariado “puro” (em especial no campo) – ou seja, uma classe de pessoas que não possui nada além da força de trabalho e que se vê obrigada a trocá-la no mercado por um salário. O complemento camponês ao trabalho assalariado é, portanto, necessário tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores assalariados, uma vez que o salário capitalista raramente é suficiente para um indivíduo sobreviver. (TAUSSIG, 2010, p. 139).

Pensar o campo no século XXI e, conseqüentemente o campesinato, exige que os enredemos por uma teia de elementos indispensáveis para compreender a reprodução e a territorialização desse campesinato, bem como mergulhemos nos ingredientes que possibilitam as ressignificações formuladas nos territórios em resistência. Nesse sentido, Taussig (2010) nos dá suporte para interpretarmos o assalariamento como uma troca realizada pelo camponês junto ao mercado para o recebimento do salário que irá entrar na receita familiar, ou seja, como um complemento à renda geral do núcleo doméstico.

A transformação que o espaço agrário sofreu nas últimas duas décadas no nordeste paraense tem engendrado novas necessidades às unidades familiares, as quais apenas com a renda da terra não seria possível suprir. Os núcleos escolares presentes no campo possibilitaram a criação de postos de trabalho, como o funcionalismo público, os vigilantes da água encanada, os servidores para o posto de saúde comunitário. Dessa feita, no entorno desses objetos geográficos (SANTOS, 2012) surge um comércio incipiente de serviços.

As comunidades rurais à beira da estrada começam a ter serviços como oficinas, borracharias, restaurantes, e a expandir o comércio. Isso tudo diversifica a renda familiar que passa a não se originar exclusivamente do trabalho na roça. Tais elementos, que antes eram vistos apenas no espaço urbano, hoje também são encontrados no agrário, orquestrando maior complexidade das relações no campo amazônico/brasileiro.

Com a chegada da eletricidade, aumentam as despesas na unidade doméstica, engendrando no seio familiar camponês necessidades antes consideradas dispensáveis. A partir da presença da rede elétrica, houve uma busca crescente por eletrodomésticos como: geladeiras ou fridges, batedeiras de açaí, televisores, motor de processamento de mandioca, bomba d'água, telefones celulares, entre outros utensílios eletrônicos que se tornaram importante para a vida no campo.

Essas novas possibilidades no espaço rural ressignifica o modo de vida camponês, que deixa de ter como horizonte apenas a paisagem da comunidade. Isso é direcionado para a renda familiar, que se diversifica e precisa aumentar sua receita para atender às necessidades da casa.

O Quadro 1 nos oferece dados para compreender a diversificação da renda nas comunidades pesquisadas. Notamos que o trabalho familiar é predominante entre os núcleos domésticos, entretanto há um consorciamento entre a renda da terra e outras ramificações de renda.

Quadro 1. Fonte ou origem da renda familiar.

	Comunidades							
	Conceição do Guajará	Mariquita	Castanhalzinho	Curuperézinho	KM 29	KM 35	Nova Esperança	Arapiranga Rodovia
Funcionário Público	1	5	1	2	6	8	3	2
Trabalho Assalariado	1	4	3	5	5	12	10	10
Comércio	-	2	-	-	7	5	2	-
Motorista/cobrador	-	2	-	-	3	2	1	-
Dono de Ônibus	-	2	-	-	1	2	-	-
Oficina/Borracharia	-	-	-	-	4	3	1	-
Trabalho Familiar	12	18	16	15	17	21	16	15
Aposentadoria	5	6	7	5	5	10	4	3
Bolsa Família	4	9	5	6	8	12	2	8
Diarista	1	2	5	4	5	5	3	4
Pedreiro	1	-	-	-	2	1	-	-
Cabelereiro	-	-	-	-	1	1	-	-
Marreteiro	-	-	-	-	1	2	1	1
Restaurante	-	-	-	-	1	-	-	-
Agricultura e comércio	-	2	-	-	4	4	1	-
Trabalho familiar e funcionário público	1	5	1	2	6	5	2	1
Trabalho familiar e trabalho assalariado	1	4	3	5	5	4	2	11
Agricultura e outras atividades	-	4	-	-	3	5	-	3
Famílias pesquisadas	12	24	17	17	25	25	20	20
Número de famílias por comunidade	12	24	22	25	80	150	25	41

Fonte: Pesquisa de Campo. Org: Rafael B. de Sousa.

Observamos que as comunidades à beira da estrada (mais especificamente a do Km 29 e Km 35) são as que apresentam maior dinamismo nas relações de trabalho, devido à maior ramificação na geração de renda. Isso se deve, em certa maneira, à possibilidade dessas comunidades ofertarem serviços tanto para as famílias da própria comunidade como também para as pessoas que trafegam pela PA 140. Além de ser possível, também, a essas famílias constituírem um sistema pendular entre campo-cidade.

As comunidades do Km 29 e do Km 35 são as que apresentam maior dinamismo comercial. No caso da comunidade do Km 29, a escola pública (de ensino fundamental e médio) e o posto de saúde, além de oferecerem trabalhos como o funcionalismo público, criam aos seus entornos uma movimentação atrelada às pessoas que circulam por esses lugares, já que os estabelecimentos atendem a outras comunidades. Isso gera a instalação de barracas de lanches, panificadoras, papelarias, venda de frutas regionais, restaurantes, bares e comércios que atendem também a esse fluxo de estudantes, professores e pessoas que frequentam o posto de saúde.

Essa diversidade da renda familiar entre as comunidades em estudo acontece de formas diferentes. As comunidades à beira da estrada, por exemplo, apresentam maior complexidade na geração de renda. Ao mesmo tempo em que encontramos um comércio avançado nas comunidades do Km 29 e do Km 35, também foi possível ver nos quintais e nas beiras das estradas pequenos sítios com agricultura de roças e cultivando pimenta-do-reino.

A presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É, pois, derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articuladas de outras relações

de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua, e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é, primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo. (OLIVEIRA, 1991, p. 56).

A articulação entre as relações de trabalho, evidenciadas por Oliveira (1991), aproxima-se ao dinamismo econômico que as famílias camponesas têm estabelecido para a geração de renda nas comunidades estudadas, destacando cinco categorias: agricultura (temporária e/ou permanente); comércio; programas/benefícios sociais; funcionalismo público; e trabalho acessório/assalariado. Dentro desse cenário, o trabalho assalariado pode ser desenvolvido em diversas frentes, como: cobradores e motoristas de ônibus, no comércio e na Biopalma. Contudo, percebe-se que o assalariamento não é o único complemento da renda familiar, há também o consórcio da roça com outros ingredientes que se tornam importante à economia camponesa.

A monetarização da economia leva assim o agricultor a desempenhar atividades complementares à agricultura e de pagamento de imediato, ou atividades ocasionais, substitutivas, por tempo limitado [...]. Muitos recorrem a transações comerciais esporádicas: vendas nas calçadas, nas rodovias, na porta de hotéis e pensões – quando não são obrigados a vender até objetos pessoais, casa ou roça. (HÉBETTE; MARIM, 2004, p. 122).

Hébette e Marin (2004) apresentam as variedades de rendas complementares executadas por camponeses, principalmente em momentos de dificuldades, como em casos de doença ou quando os preços da produção do sítio estão em baixa. Para os autores, o trabalho complementar tem, portanto, a função de contribuir com a renda familiar. Percebemos que uma das principais situações que leva à busca de novas fontes de renda para o campesinato são os baixos valores pagos para a produção da roça, criando, assim, uma instabilidade no núcleo familiar. O depoimento a seguir, ao tratar dessas várias rendas possíveis ao núcleo familiar camponês, expõe uma perspectiva do empreendedorismo sobre a racionalização da agricultura.

Todo mundo aqui tem um tipo de renda fora, aliás até tem o Diassis, meu compadre, ele mora no fim do terreno do ramal aqui, ele vive única e exclusivamente do trabalho dele na terra. Porque os outros geralmente tem outra renda, eu aqui meu pai é aposentado, eu sou professora, trabalho pela prefeitura. Na casa da minha irmã ela tem funcionário público, nas outras casas normalmente tem um aposentado, tem Bolsa Família. Seria mais fácil viver só da agricultura, só que o mais difícil é o investimento, a gente esbarra nessa questão. Porque assim, o Diassis hoje, ele tem o que ele tem, vive do que ele tem porque ele continuou trabalhando na terra, mas ele foi buscar tipo assim, ele se associou, ele conseguiu dinheiro através da associação, através da associação ele conseguiu fazer uma casa. Claro que ele tem o pimental, a pimenta deu uma subida no valor, então ele aproveitou, ele investiu, então ele usou a cabeça, ele soube administrar. O que é difícil na agricultura hoje é o seguinte, nós somos vários empreendedores que trabalhamos com a agricultura, mas se você não reunir com as associações e

conversar com os agricultores e colocar no bico da caneta quanto você gasta por mês, o quanto você gasta por semana, porque isso se chama gestão financeira e pouquíssimos na agricultura sabe elaborar e dizer. Então a partir do momento em que eu não vejo o meu empreendimento como uma empresa, como um negócio, que eu preciso saber quanto gasto, quanto eu lucro, eu jamais vou conseguir administrar o que preste. Então é isso que ocorre no meio rural, é a falta de um profissionalismo da agricultura, porque nós precisamos nos profissionalizar, produzir nós sabemos, só não sabemos profissionalizar a coisa. Olha nós estamos hoje com duas pedras, um elefante branco hoje aqui no 40. Porque a fabriqueta tá montada, o equipamento está lá dentro, mas não tem produção. Tem a casa pronta, tem as adequações, mas hoje nós não funcionaríamos porque não temos produção. Aí nós temos polpadeira, nós temos os frizer, temos a mão de obra, mas não temos as frutas porque a produção da gente ainda é pouca. Ainda tem outro problema dentro da ASPRUNE, o grande problema que temos hoje se chama os próprios sócios, porque o mais jovem sou eu, então a maioria dos nossos sócios já são idosos. Outro, a falta de condição de produzir mais, porque tem que aradar a terra, tem que limpar a terra, todos os insumos. Tudo isso requer esforço. (D.C., comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 20 de agosto de 2017).

O depoimento de D.C. sobre as rendas complementares das unidades familiares em Nova Esperança demonstra compreensão da propriedade camponesa pelo viés do empreendedorismo, como uma empresa rural que tem metas a serem cumpridas por um processo de racionalização das finanças.

Notamos que para essa camponesa, os camponeses bem-sucedidos são aqueles que conseguem viver apenas da produção realizada no próprio sítio familiar. Contudo, tem sido cada vez mais difícil para as famílias camponesas conseguirem manter-se apenas da produção doméstica. Isso se deve não por uma ineficiência da agricultura camponesa, mas pelo processo de sujeição da renda da terra, que leva os camponeses a comercializarem seus produtos a preços baratos, para justamente o capitalista acumular seu capital.

Com isso, a visão do empreendedorismo rural nos faz crer que é a ineficiência da agricultura camponesa que precariza a vida no campo, quando, na realidade, é o desenvolvimento do capitalismo articulado ao Estado que gera as dificuldades para o real desenvolvimento da agricultura camponesa.

A espacialização do dendê segue justamente essa perspectiva da racionalização da agricultura, na qual é preciso contabilizar a agricultura camponesa, transformando a família em micronegociantes, ou mesmo em assalariados rurais, pautado na desculpa da superação da pobreza.

O Estado, de forma geral, passou a ter o papel de principal animador do processo de articulação interinstitucional visando a integração horizontal das ações governamentais com as iniciativas das organizações da sociedade civil. Objetiva-se, conforme os discursos, buscar alternativas econômicas para garantir geração de emprego e renda que definem as dinâmicas econômicas e sociais necessárias para viabilização do desenvolvimento em “Territórios de Pobreza”. Nessa direção, desenvolvimento territorial rural é “um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural.” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 26).

Conceição (2017, p. 26) ainda conclui que dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial rural “são inscritos conceitos de missão e plena cidadania, suprimindo o conceito de classe social e de negação de conflitos”.

Aos olhos do Estado, as políticas públicas direcionadas à modernização do campo, dentro dos projetos enquadrados no mercado global dos agrocombustíveis ou mesmo da produção de óleo de palma, surgem como possibilidade de combate à pobreza, inclusa em um plano de cidadania pautado na geração do emprego assalariado rural. Contudo, observamos que se o trabalho assalariado, ou mesmo proletário, fosse parâmetro de modernização e riqueza, não haveria fome e miséria nos grandes centros urbanos mundiais.

A corrida pelo assalariamento não se constitui pela ineficiência da agricultura camponesa, mas pela desvalorização da produção da roça, originando a vulnerabilidade dos preços dos produtores temporários e perenes do sítio camponês. Isso leva integrantes familiares a saírem em busca do trabalho assalariado, da realização do trabalho acessório e de empregos públicos que engendram na unidade doméstica a combinação da agricultura de roças e outras formas de trabalho fora do núcleo familiar.

A pesquisa nos mostrou que a dinâmica relacionada ao trabalho fora da propriedade camponesa não se constrói, exclusivamente, via assalariamento nos campos do dendê, visto que configura-se apenas em um dos complementos de renda observados nesse campo em disputa. Vislumbramos, desse modo, que o campo no século XXI tem se constituído a partir da complexidade de elementos, criando postos de trabalho antes não existentes, principalmente por meio dos funcionários públicos que constituem papel importante na receita econômica em algumas unidades domésticas.

Aqui é uma salada de fruta, uns mexe com bar, outros mexe com agricultura, outros são funcionários público. Aí quando aparece um serviço comunitário, serviço eclesial de base, ou ajuda na capela no culto, não aparece nada. Agora se aparecer uma vaga de funcionário, eu vou brigar contigo, minha irmã vai brigar com a sogra, porque todo mundo quer. (M.N., comunidade KM 35, Concórdia do Pará, 12 de abril de 2017).

Esta fala corresponde à realidade das comunidades pesquisadas, que têm-se caracterizado pela corrida ao emprego no funcionalismo público, mesclando, nos territórios campesinos, rendas fixas que complementam as do trato com as roças. O salário recebido nos serviços prestados nas instituições do Estado é reinvestido para o pagamento de trabalhadores desempenharem atividades na agricultura, engendrando a partir da relação de contratantes e contratados o fortalecimento das unidades domésticas, tanto para quem oferta quanto para quem realiza o trabalho de diarista e de empreitada.

Mesmo antes de eu arrumar família, uns 2 anos antes de eu arrumar família, eu já tava trabalhando como professor. Aí eu fiquei todo o tempo estudando né. Você sendo professor tem que tá todo tempo atualizado, direto ou indiretamente você tá sendo atualizado. Fiquei mais ligado nas notícias, mais antenado, fiz curso, treinamento, faculdade. Eu mesmo faço faculdade, eu tenho uma faculdade de língua portuguesa pela metade e outra de pedagogia que se Deus quiser quero ver se termino. Hoje eu praticamente me dedico só ao trabalho da escola, na parte da agricultura é mais feito pelos outros mesmo em parceria, a meia com pessoas aqui

da comunidade que alguns não tem terra. Eu continuo com a roça porque eu gosto, eu gosto da agricultura e me serve também como uma fonte de renda complementar né. Na verdade, é também porque a gente é filho de agricultor e a gente gosta mesmo. Hoje a gente tem mandioca, coco, açaí. Já tive pimenta, mas atualmente eu não tô na pimenta. Os outros a gente vende, a farinha a gente vende em Bujaru ou aqui mesmo. Açaí é mais pro consumo e o coco a gente vende também. (C.C., comunidade da Mariquita, Acará, 10 de setembro de 2016).

Eu como tenho meu emprego, tudo é pago. A gente paga pra roçar, pra plantar, pra capinar. Aí quando tá bom eu dou de meia pros outros. Quando a gente paga, a gente paga 40 reais pra pessoa. Já a pimenta a gente paga por quilo, mas só quando chega na safra a gente paga. (J.A., comunidade Mariquita, Acará, 10 de setembro de 2016).

Nesses depoimentos, observamos famílias que possuem rendas fixas a partir do trabalho em instituições públicas, mas que, ao continuar morando no campo, forjam em seus territórios de moradas mecanismos de produção agrícola, tanto para o provimento de imediato da família como também para a comercialização.

Os camponeses, ao mesmo tempo que contratam peões para a sua colheita, emigram em busca de emprego assalariado. Assim, talvez, um[a] em cada três jornadas de trabalho nas parcelas camponesas é mercenária, ao mesmo tempo que mais da metade das famílias camponesas complementam sua renda agrícola desempenhando trabalhos em troca de salário. (VERGÉS, 2010, p. 82).

Essa perspectiva de Vergés (2010) elucida a questão das famílias que possuem integrantes assalariados e funcionários públicos que, ao passo que saem para o trabalho fora da unidade doméstica, contraditoriamente, empregam nas suas propriedades o trabalho informal acessório. Desse modo, o salário passa a ser um recurso destinado a reinvestir na manutenção da unidade familiar, seja na contratação de trabalhadores, seja na compra de materiais de trabalho e cultivos.

Para Vergés (2010, p. 82), “o salário – pago ou recebido – é circunstancial à vida camponesa pelo menos desde o século XIX e se intensifica com os novos padrões de cultivo.” Desse modo, entendemos que o trabalho pelo salário tem sido um mecanismo de fortalecimento da unidade doméstica, ressignificando o território camponês a partir de elementos externos ao trabalho familiar.

A diversificação profissional no núcleo familiar extenso permite aos integrantes que continuam a viver da terra para conseguir manter-se de forma satisfatória à rotatividade de pouso dos espaços da propriedade familiar, não havendo uma fragmentação muito intensa da terra, o que, por sua vez, resulta em boa produtividade e em um sistema itinerante de corte e queima eficiente.

Os integrantes que ingressam no trabalho público, assim como os cuidadores de idosos e trabalhadores domésticos, por exemplo, só deixam de frequentar a roça quando a jornada de trabalho não permite a conciliação entre a agricultura e o trabalho fora do sítio.

Eu já trabalhei muito na roça. Quando por exemplo, quando eu tava de serviço geral na parte da tarde, de manhã eu ia pra roça, antes de ir pra escola né. Antes de eu me formar de professora, nos dois horário, de manhã e de tarde eu ia pra roça. Já capinei, já plantei maniva, plantei feijão, já coivarei roça queimada, já trabalhei muito na roça. Agora eu parei porque com dois emprego não tem

como ir, mas eu gosto, aqui e acolá tô capinando o quintal de casa. Eu tô vivendo com uma pessoa aí que tem roça, trabalha na terra, eu tô querendo ir ajuda ele lá quando eu puder, nas férias. (B.C., comunidade KM 35, Concórdia do Pará, 28 de abril de 2017).

Nessa entrevista, observamos que mesmo sem tempo para ir à roça, a funcionária pública arquiteta uma estratégia para ajudar a família com o trabalho na agricultura, como podemos ver no depoimento a seguir:

Eu trabalho como servente na escola e também na roça. Eu continuo com a roça porque lá na escola só é um salário mínimo e aí não dá. Aí tem que trabalhar na roça pra ajudar né, nas despesas da casa, pra ajudar meus filhos. Tenho dois filhos que precisam de mim, só estudam. E aqui na zona rural tem que ir pra roça né. O terreno que nós trabalha é meu mesmo que meu pai loteou, um lote pra cada filho, aí lá é meu, no ramal de Santana. Acho que dá uns quatro quilômetro daqui. Aí a gente trabalha pra lá. A gente não mora pra lá devido o meu trabalho. Eu trabalho a noite aqui na escola, aí também fica melhor pros meninos estudarem daqui. Aí também eu não vou todo dia, quem vai mais é meu marido, eu só vou mesmo quando o serviço é maior, com farinha pra fazer. Aí eu vou ajudar. Os meninos já vão mais também, que já tão grande. Aí da roça o que a gente mais vende é a farinha e a pimenta né. A pimenta até baixou um pouco agora. Agora na safra a gente chama o pessoal, só que é pra ajudar base, porque sozinho não dá conta. (A.S., comunidade Km 29, Bujaru, 18 de março de 2017).

Observamos que continuar a trabalhar na roça, apesar de estar empregado como funcionário público, é um indicativo de que a renda oriunda do salário não é suficiente para o sustento do núcleo doméstico. Isso desencadeia um cotidiano que é organizado a partir dos elementos que particularizam os integrantes familiares, mas que se cruzam nos momentos de maior precisão de mão de obra para a realização dos trabalhos como, por exemplo, na época da produção da farinha e na colheita da pimenta-do-reino.

Essas modalidades de trabalho, fora a propriedade camponesa, reforçam outras relações de trabalho agrícola nas comunidades rurais. Durante a pesquisa, encontramos grande número de famílias realizando o trabalho acessório, que nas comunidades é conhecido por diária ou empreitada. A atividade é praticada predominantemente no trato com a roça da família e na colheita da pimenta-do-reino.

O trabalho acessório é feito, principalmente, por famílias que têm pouca quantidade de terra, ou mesmo por aquelas que não têm terra, atuando em sistema de meia/parceria. Nesse caso, o sair para o trabalho em assalariado-diária-empreitada torna-se elemento de fortalecimento da unidade familiar, que consegue manter a estabilidade econômica do núcleo doméstico.

A diferença entre diária e empreitada apresenta-se pela forma de pagamento de serviço prestado. No caso da diária, o dinheiro é recebido por dia de trabalho, em relação à empreitada, o pagamento é feito pelo tamanho da área a ser realizada o manejo.

Quando a família não tem a quantidade de mão de obra suficiente para o cumprimento dos serviços doméstico, ou mesmo quando trabalha para fora, cria-se um déficit de trabalhadores na unidade doméstica. Com isso, exige-se, então, a contratação informal de pessoas para o trabalho na propriedade. Os casos de doenças e/ou morte também geram esses acordos, contudo, nesses momentos de dificuldade, a comunidade se volta para ajudar a família.

Desse modo, compreendemos que a força de trabalho na unidade doméstica camponesa não se dá de forma uniforme, sendo reproduzida de acordo com a necessidade do núcleo familiar.

E a gente trabalha, a força de trabalho aqui em casa é a nossa mesma, a familiar. A gente não tem funcionário, né. Aqui em Nova Esperança a maioria dos agricultores tem funcionário em casa e quando a gente precisa também trabalha com diária. Pra quem é assalariado tem muita diferença pra quem faz a diária. Pra quem é assalariado, todo dia você tá no serviço dos outros. E como diarista, você só trabalha nas safras, agora todo mundo tá indo pra colheita da pimenta-do-reino né. (J.P., Comunidade Nova Esperança Concórdia do Pará, 14 de agosto de 2017).

J.P. expõem a diferença entre o trabalho assalariado e o trabalho de diarista, o primeiro é um trabalho formal e o segundo, informal, configurando-se como um “bico” que alguém realiza para a aquisição de uma renda extra no decorrer do mês. O trabalho acessório tem ocorrido principalmente nos períodos da colheita da pimenta-do-reino e no processo de confecção da roça, esse último considerado o momento mais árduo de trabalho na terra. M. A. nos relatou que: “a gente paga gente pra ajudar, paga umas diarinhas quando tá muito aperreado, quando não vai só nós mesmo” (comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Essas relações de diarista ou empreiteiro foram denominados como trabalho acessório camponês por Tavares dos Santos (1984), no Rio Grande do Sul, em *Os colonos do vinho*.

Observa-se que o trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida, quando a família se contrai, por migrarem os irmãos ou filhos, o camponês não pode mais dar conta das atividades acessórias. [...] O trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros [...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 38-39).

Compreendemos em diálogo com Tavares dos Santos (1984) que o trabalho acessório é realizado a partir da disponibilidade de mão de obra na unidade familiar, gerando o lançamento individual para a realização de trabalho para outra família. Isso foi demonstrado na família de I.F., que no relato: “Como a gente termina o nosso serviço mais cedo né, aí dá pra gente ir trabalhar pros outro, o cara não pode ficar sem fazer nada né. Aí a gente vai, faz serviço geral, capina, roça, broca, apanha pimenta. Às vezes a gente faz aqui mesmo na comunidade, outra vez a gente sai também” (comunidade de Curuperézinho, Concórdia do Pará, 03 de fevereiro de 2017).

Outro elemento que leva à procura pelo trabalho acessório é a necessidade da família em garantir diferentes rendas, complementando as atividades realizadas na unidade doméstica. Isso evidencia-se principalmente junto às famílias que têm pouca ou nenhuma terra para os cultivos temporários e perenes, e veem nas diárias e empreiteiras um mecanismo para obter dinheiro e sanar as necessidades da unidade familiar.

Eu trabalho em terra que cederam pra gente, fica aqui no ramal de Santana, fica aqui próximo. É o amigo nosso que deu pra trabalhar. Aí a gente faz a roça junto e depois divide. Minha mesma é três tarefa. Eu também trabalho assim, pros outros sabe. Só no período da pimenta. Ano passado eu trabalhei e esse ano ainda não sei se vou. Ano passado eu fui apresentada por uma colega minha ao dono do pimental né, que eu queria tirar. Aí quando chegou na safra eu fui. Aí a gente ganha por quilo apanhado. (M.F., comunidade Km 29, Bujaru, 18 de março de 2017).

Notamos, nessa entrevista, as relações conduzidas a partir da meia/parceria que possibilita à família adquirir a roça mesmo não sendo proprietária da terra. Essas relações de reciprocidade e sociabilidade entre as famílias fortalecem as unidades domésticas por meio das trocas simbólicas efetivadas a partir da terra.

Além do trato com a roça, durante a colheita da pimenta-do-reino, existe uma corrida para ingressar nos pimentais, e esse é um momento de forte movimentação dentro das comunidades. O pagamento, nesse caso, pode ser realizado pelo quilo da pimenta colhida ainda verde ou pela empreitada da colheita em uma determinada área.

Na colheita da pimenta eu chego a pagar pra apanhar a pimenta. As pessoas às vezes têm terra delas mesmas, mas às vezes o serviço deles é mais pouco aí eles querem ganhar um dinheiro, aí eles vão e trabalham, não só comigo como também pros outros. (J.C., comunidade da Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

Ano retrasado nós vendemos trinta reais o quilo da pimenta, conseguimos um bom dinheiro. Ano passado já foi vendido a dezoito, vinte reais, já não foi muito bom. Eu ainda não vi esse ano, mas tão falando que tá em nove, nove e cinquenta, já não vai ficar muito pro produtor. Porque se baixar pra cinco, seis reais, já vai colher só pra dá pro apanhador. O apanhador ganha a base de cinquenta centavos por quilo, mas pra dar um quilo seco tem que ser quatro quilo verde. Nós pagamos o apanhador pelo quilo verde, ele chega aqui, vai apanhando e a gente paga, só depois que a pimenta vai secar. Depois que seca tem uma quebra grande. Aí se ela fica muito barata, só vai dá pra manutenção mesmo. (C.M., Comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 21 de agosto de 2017).

Notamos nas falas que a relação de contratação que se dá na colheita da pimenta-do-reino é caracterizada pela informalidade. Dentre as famílias que realizam o trabalho de apanhar a pimenta-do-reino, destaca-se a da M.B., da comunidade quilombola de Castanhalzinho. Na colheita da pimenta desenvolvida pelo núcleo familiar, são os pais e os filhos que, em conjunto, trabalham para outra família, ou seja, o acordo não é individual, mas por família. Desse modo, o trabalho familiar camponês extrapola os limites de sua propriedade original, realizando o trabalho coletivo mesmo fora da unidade doméstica.

O trabalho familiar é o que diferencia a propriedade camponesa da propriedade capitalista, caracterizando-se como oposição ao trabalho assalariado, base da ampliação capitalista. Por meio do trabalho familiar, o campesinato consegue contemplar as etapas da produção da unidade doméstica sem precisar explorar o trabalho do outro. Mesmo no caso do trabalho acessório, este é visto como estratégia para vencer a colheita que apenas uma família não conseguiria realizar, e ainda existe a consciência para ajudar a família diarista, não havendo, portanto, a consciência da exploração da mão de obra.

A oferta dos serviços para diaristas e empreiteiros é proposta, principalmente, pelas famílias que possuem renda fixa, para as quais o salário pode ser reinvestido na unidade doméstica.

Por esses dias eu empeletei uma parte de roça acola por seiscentos pra capinarem, peletei outra por quinhentos, empeletei outro por trezentos, já tão acabando, tudo roça. Eu pago pra botarem pra frente, pago pra derrubar, pago pra capinar. Eu pago pra gente empeleiteiro que tão procurando, gente daqui da Mariquita, de outro setor, andam catando o que fazer por aí. (C.R., comunidade da Mariquita, Acará, 18 de agosto de 2016).

A gente faz mais na base da empeleita. A empeleita é assim, eu marco um pedaço da área que vou mandar fazer, aí eu chamo uma pessoa e aquela pessoa vai cuidar daquela área. Ela vai brocar, vai derrubar, vai plantar. Aí são pessoas variadas, não é só uma pessoa. Essas pessoas são os vizinhos aqui que sempre fica procurando trabalho e aí a gente ajuda eles né. (G.N., comunidade Mariquita, Acará, 20 de agosto de 2016).

No momento a gente não tamo pagando, mas a gente paga na safra. A gente paga por diária quarenta reais, cinquenta reais, depende da colheita. O pessoal paga mais por quilo, eu não, pago por diária. Em safra boa a gente chega a colher cem quilos, cento e vinte quilo de pimenta. (C.L., comunidade KM 29, Bujaru, 19 de março de 2017).

As relações de trabalho envolvendo o trabalho acessório caracterizam o fortalecimento da unidade familiar, tanto da família que oferta o serviço como também para aquela que realiza o trabalho, destacando-se como uma fonte de renda importante na receita da unidade camponesa.

Por meio dessas entrevistas, demonstramos as relações de trabalho acessório que encontramos no campo de estudo, havendo em algumas circunstâncias relações monetárias nessas ações de trabalho. Compreendemos, assim, que além da agricultura, a família camponesa pode, em determinadas situações, comercializar sua força de trabalho, garantindo renda e assegurando a sobrevivência e os meios de produção familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem confirmado que o assalariamento nos campos da oleaginosa, não tem sido o único caminho para a realização das atividades remuneradas fora da unidade familiar camponesa. Destacando-se apenas como mais um elemento nas rendas complementares engendradas pelas estratégias de sobrevivência desse campesinato em estudo.

O diagnóstico da proletarização ou de um campo sem camponeses via expansão da agricultura capitalista do dendê fragiliza-se mediante às estratégias de sobrevivência arquitetadas por esse campesinato, alcançando a reprodução social por entre a articulação com o agronegócio da palma de óleo.

Desse modo, a pesquisa tem sinalizado que a agricultura camponesa no século XXI é organizada não apenas pelo trabalho interno familiar, mas por outros elementos que engendram formas de trabalho complementares à renda vinda da roça. Com a desvalorização da agricultura do sistema de roça no mercado capitalista, o trabalho acessório/assalariado, o serviço público, a aposentadoria e o Bolsa Família têm constituído papel importante na receita camponesa, contudo, o trato com a roça ainda se manifesta como atividade centralizadora da unidade familiar.

NOTAS

3 Ver: SANTOS, J. V. T. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capita*, 1978; WANDERLEY, M. N. B. *Trajatória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas* 1988; GARCIA JR, A. R. *Sul: o caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, 1989.

4 Até 2016, a Biopalma estava territorializada no Estado do Pará por meio de quatro polos produtivos: Polo Acará, Polo Concórdia, Polo Moju e Polo Tomé Açú – estes distribuídos entre as regiões do Vale do Acará e do Baixo Tocantins, adquirindo terras nos municípios de Abaetetuba, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu.

5 Apesar de os camponeses e camponesas terem permitido as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições para a redação deste trabalho, optamos por trocar os nomes verdadeiros por letras iniciais de nomes dos depoentes, preservando, assim, o nome dessas famílias camponesas.

6 “Casa de farinha: é o barracão onde as famílias camponesas preparam a farinha de mandioca; é um lugar onde vizinhos podem se encontrar, trabalhando, conversando e ajudando” (HÉBETTE, 2004, p. 36).

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, A.L. Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In: SUERTEGARAY, D.M.A. (orgs.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

HÉBETTE, J. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. II.

HÉBETTE, J.; MARIN, R.A. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: HÉBETTE, J. (org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. I.

IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J.S. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo/Porto Alegre: EdUnesp/EdUFRGS, 2016.

NOGUEIRA, V.S. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), v. 19, p. 241-268, 2013.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, N. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUSA, R.B. Quando o trabalhador assalariado é camponês: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 14, n. 32, p. 28-52, abr. 2019. Doi: 10.14393/RCT143202.

TAUSSIG, M.T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução Priscila Santos da Costa – São Paulo: EdUnesp, 2010.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

VERGÉS, A.B. **Os novos camponeses: uma leitura a partir do México profundo**. Tradução de Maria Angélica Pandolf. São Paulo: Cultura Acadêmica: Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, 1996. Texto apresentado no 20º Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários.